



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	23291/2024
Data do Início	16/10/2024
Folha	
Rubrica	

**REF: Recurso da empresa QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A referente à Concorrência Pública 01/2024.**

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

**II – DAS RAZÕES DO RECURSO**

A empresa recorrente alega, resumidamente:

- Incorreta análise da qualificação técnica da empresa UNIÃO NORTE;
- Ausência de qualificação técnico-profissional da empresa UNIÃO NORTE.

**III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS**

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

A ora recorrente alega que a empresa UNIÃO NORTE FLUMINENSE E COMÉRCIO LTDA não comprova de maneira suficiente a capacidade técnica para executar o objeto da licitação, levantando dúvidas quanto à real aptidão da recorrida para cumprir as obrigações contratuais, apontando diversas supostas irregularidades nos atestados apresentados.

As alegações firmadas por esta recorrente foram analisadas. Assim, vejamos.

A comprovação da qualificação técnica guarda relação direta com o objeto da licitação, motivo pelo qual inclusive a Secretaria Requisitante é a responsável pela elaboração do texto integrante do instrumento convocatório, uma vez que detém conhecimento técnico para tal.

Nesse sentido, cabe uma breve análise da Lei nº 8.666/93, especificamente do artigo 30, II da Lei 8666/93 que entre outros aspectos, estabelece que a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se a mesma detém conhecimento, experiência tanto na parte técnica quanto na parte humana, que sejam consideradas suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado, senão vejamos:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; ”

Considerando os recentes posicionamentos, para além das regras mencionadas na legislação, temos também os ditames trazidos pelo Tribunal de Contas da União:

“É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 914/2019: Plenário, relator: Ana Arraes). ”

Ou seja, ao que tudo indica, todos os parâmetros legais foram respeitados pelo instrumento convocatório, uma vez que a capacidade técnica trouxe quantidades determinadas, assim como o objeto (parcela de maior relevância) com sua justificativa presente no próprio edital.

Diante disso, podemos concluir que a comprovação da qualificação técnica guarda relação direta com o objeto da licitação, motivo pelo qual inclusive a Secretaria Requisitante é a responsável pela elaboração do texto integrante do instrumento convocatório, uma vez que detém conhecimento técnico para tal.

Ademais, foge da alçada desta coordenadoria analisar as questões apresentadas, uma vez que apenas podemos atestar a veracidade dos documentos, mas não detemos expertise nem competência técnica para entrar no mérito da discussão. Opinamos por uma reanálise da Secretaria Requisitante.

#### **IV- DAS CONTRARRAZÕES**

Por equívoco, o processo de recurso não foi encaminhado na data correta, até o dia 16/10, tendo sido enviado somente no dia 17/10. Dessa forma, houve uma extensão do prazo de contrarrazão. Assim, transcorrido o prazo para contrarrazões, a empresa UNIÃO NORTE FLUMINENSE E C/OMÉRCIO LTDA apresentou tempestivamente suas alegações.

#### **V – CONCLUSÃO**

No mérito específico das razões recursais apresentadas pela empresa QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A, esta coordenadoria, considerando a matéria de Qualificação Técnica abordada pela Recorrente ser de suma importância e, ainda, por fugir de nossa alçada, resolve submeter o presente recurso à apreciação e conhecimento da Procuradoria deste Município e, após, da Secretaria Requisitante.

Em 24/10/2024.

---

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS  
Matr. 111.813

DE ACORDO

---

THATIA CORRÊA SCHMILDT  
Vice-presidente